



(i) Conforme dispõe o art. 12 da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, a Sociedade possui a obrigação de aplicar 1% da receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL: • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNCTD; • 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados a execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; • 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME. O saldo em aberto refere-se aos recursos que aguardam projetos aprovados pela ANEEL para a Sociedade fazer a destinação (passivo atualizado por juros 1% a.m.m.), além da parcela de dezembro a ser recolhida no 5º dia útil do segundo mês subsequente para o FNCTD e MME. **16 Provisão para contingências. Obrigações contratuais - regulatórias.** Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 310 de 29 de abril de 2008 o ONS programou testes de desempenho para o dia 21 de setembro de 2011. Os testes foram acompanhados pela ANEEL e teriam que operar nas potências nominais de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. Os testes tiveram que ser interrompidos por falhas em equipamentos de proteção, entre outros, e as usinas foram decretadas 100% indisponíveis. A EPESA solicitou novos testes para comprovar a disponibilidade das usinas e conseguiu concluir, de forma satisfatória, os seus testes entre os dias 27 e 29 de setembro e 5 de outubro de 2011, respectivamente. Em função dessa indisponibilidade temporária as usinas estão sujeitas a algumas penalidades previstas nos seus contratos comerciais CCEAR e regulação setorial. As taxas de indisponibilidade são apuradas pela ONS somente no fim do ciclo anual (todo mês de julho) e informadas para a CCEE para redução da garantia física durante os cinco anos subsequentes. Basicamente, o cálculo foi efetuado considerando uma redução na média aritmética do índice de garantia física por cinco ciclos completos (cinco anos) conforme previsto na Cláusula 14 dos contratos comerciais CCEAR além das outras ordinárias à falta de lastro perante as liquidações de curto prazo na CCEE. De acordo com a regulamentação do setor, as usinas participantes do 2º Leilão de Energia Nova em diante podem comprar energia de uma usina tão nova quanto a sua visando extinguir as penalidades aqui mencionadas. A Administração, considerando a perspectiva firme de comprar lastro a partir de janeiro de 2013 e pelo prazo de 60 meses, refez o cálculo da provisão constituída em dezembro de 2011, com um risco máximo de R\$ 12.861, chegando a uma previsão realista de liquidação financeira (efeito caixa) para esse período de 2011 de R\$ 3.435, tendo como premissa um preço médio de liquidação futura de R\$ 165/MWh. Para a indisponibilidade constatada no despacho do ONS desde outubro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, a Sociedade utilizou a mesma metodologia de cálculo para a penalidade do ano de 2011, tendo chegado a um valor de R\$ 3.476. Assim sendo, a Sociedade tem registro em 31 de dezembro de 2013 uma provisão total de R\$ 6.911 para contingência das indisponibilidades acima referidas, conforme abaixo:

Indisponibilidade de energia	2013	2012
Competência 2011	3.435	3.435
Competência 2012	3.476	3.476
Outros	-	633
	<b>6.911</b>	<b>7.544</b>

A Empresa aguarda o comunicado da CCEE, previsto para ser oficializado em 2014, informando os valores efetivos da penalidade de 2011, debitados nos meses de janeiro a dezembro de 2013 no sistema de liquidação financeira da CCEE, de forma a se fazer a respectiva reversão na provisão. **Tributárias.** As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitos a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Entretanto, não existe contra a Sociedade qualquer indicação de contingências relacionadas com o imposto de renda e outros tributos. **Cíveis.** A Sociedade é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Sociedade, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 11) que foram sustados sob a alegação que (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Sociedade ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo aguarda audiência de instrução. Além do valor das notas fiscais emitidas, que estão registradas contabilmente, o fornecedor também exige multas e juros pelo atraso destes pagamentos, no valor de R\$ 1.975 em 31 de dezembro de 2013, que não está reconhecido contabilmente, uma vez que a expectativa de perda é considerada possível. O risco máximo desse processo em andamento é R\$ 13.597, conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. A Sociedade, em função desta discussão, entrou com processo de indenização (contingência ativa) contra este fornecedor solicitando (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Sociedade pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Sociedade incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor. **Trabalhistas.** A Sociedade é parte passiva de 15 processos trabalhistas nos quais os seus consultores jurídicos acreditam que a chance de êxito seja possível. O valor do risco estimado é R\$ 268 em 31 de dezembro de 2013. **17 Patrimônio líquido. Capital social.** O capital social da Sociedade é R\$31.310, representado por 31.310.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 (um real).

Capital social	%
29.744	95,00
1.566	5,00
<b>31.310</b>	<b>100,00</b>

**Reserva legal.** Em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2013, essa reserva montava em R\$ 6.262 (em 31 de dezembro de 2012 R\$ 2.389). **Remuneração aos acionistas.** O Estatuto Social da Sociedade foi alterado em 2013, permitindo em seu art.35, (iii), que o saldo remanescente, após apropriação dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, possa ser distribuído integralmente aos acionistas mediante deliberação em AGO/E. Em 2013, a Companhia pagou dividendos apurados em 2012 da conta de Reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 25.507, deliberados na AGO/E de 2 de maio de 2013. A Companhia também distribuiu dividendos apurados em balanço intermediário encerrado em 31 de maio de 2013 no valor de R\$ 49.574, os quais foram deliberados em AGE de 10 de junho de 2013 e referendados em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 23 de novembro de 2013, que incluiu os dividendos mínimos obrigatórios de 25% no valor de R\$ 14.397 relativos à distribuição do resultado do exercício de 2013. Em função da antecipação de dividendos ocorrida em 2013, restou um saldo a distribuir no valor de R\$ 8.012 mantidos na conta de Reserva de retenção de lucros. O saldo de dividendos a pagar no passivo circulante, no montante de R\$ 7.331 corresponde ao saldo residual de dividendos não pagos até o fechamento do balanço, aguardando disponibilidade de caixa para pagamento. **AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.** Conforme os termos do instrumento societário do AFAC a sua classificação como instrumento patrimonial é apropriada considerando: (i) a sua conversão é irrevogável e irretirável; (ii) está dependendo de um acordo entre os sócios; (iii) o adiantamento é em Reais sem correção; e (iv) a quantidade de ações é pré-fixado considerando o preço de conversão de R\$1,00. Em AGE realizada em 6 de setembro de 2013, foi deliberada a devolução do saldo de AFAC no montante de R\$ 8.752, que foi quitado em 19 de setembro de 2013. **18 Partes relacionadas.** As transações com partes relacionadas compreendem operações vinculadas ao objeto social e contratos da Sociedade. Sobre os mútuos incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a variação do CDI + 4,5% a.a. A medida de geração de caixa das empresas envolvidas, os mútuos estão sendo liquidados.

	Ativos		Passivos		Resultado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Vigus Engenharia Ltda. (i)	-	-	(35)	-	-	-
ENORTE (ii)	4.671	5.860	-	407	585	-
DC Energia (ii)	-	3.461	-	168	295	-
EBRASIL S.A. (ii) (iv)	2.074	7.845	-	377	770	-
Antares Serv. e Partic. Ltda.	-	-	-	10	-	-
Ebrasil Energia Ltda. (iii)	-	114	-	-	-	-
Total	<b>6.745</b>	<b>17.280</b>	<b>(35)</b>	<b>980</b>	<b>1.650</b>	<b>-</b>

(i) Refere-se a uma empresa ligada que foi utilizada para a realização da construção civil das usinas (basicamente folha de salário e encargos trabalhistas). (ii) Refere-se a empréstimos para capital de giro, remunerados desde a sua disponibilização por taxa de juros compatível com as do mercado financeiro. (iii) Conforme "Instrumento Particular de Cessão de Créditos, Assunção de Dívidas e Outras Avenças", a Sociedade cedeu para a Ebrasil Energia Ltda. créditos a receber que detinha com a DC Energia cedendo em troca créditos a receber da sua controladora EBRASIL. (iv) O valor de R\$ 2.074 refere-se a outros créditos a receber da controladora. **19 Receita**

	2013	2012
Receita de disponibilidade de energia elétrica	88.375	83.465
Receita de venda de energia elétrica	472.046	356.981
Deduções da receita	(59.383)	(40.871)
	<b>501.038</b>	<b>399.575</b>

A Sociedade reconheceu receitas variáveis uma vez que houve despacho pelo ONS a partir de outubro de 2012 até maio de 2013. A receita fixa é atualizada na data base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente a declaração de inflexibilidade. Não cabe parcela variável às usinas que não são despachadas pelo ONS.

Aos Conselheiros e Diretores da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA. Recife - PE. Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada a

**20 Custos dos serviços prestados**

	2013	2012
Óleo diesel (i)	(333.265)	(282.362)
TUST (ii)	(10.306)	(10.901)
Depreciação	(10.987)	(13.113)
Amortização do diferido	(2.331)	(2.332)
Recomposição do sistema (iii)	(7.266)	(3.393)
Mão de obra direta	(8.986)	(4.415)
Serviços e outros	(13.166)	(5.481)
	<b>(386.307)</b>	<b>(321.997)</b>

(i) A Sociedade precisou adquirir óleo diesel para cumprir com o despacho contínuo do ONS a partir de outubro de 2012 a maio de 2013 (Nota Explicativa nº 1). (ii) O principal custo recorrente refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas. (iii) A compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do SIN e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente a indisponibilidade ocorrida em 2011 (Nota Explicativa nº 16).

**21 Despesas administrativas**

	2013	2012
Serviços contratados (i)	(5.828)	(3.510)
Pessoal administrativo (ii)	(5.169)	(1.814)
Taxas, P&D (iii)	(489)	(4.702)
Depreciação	(291)	(196)
Telefonia e serviços apoio	(265)	(447)
Outros, incluindo multas contratuais	(3.077)	(319)
	<b>(15.119)</b>	<b>(10.988)</b>

(i) Serviços contratados especialmente no escritório central da Sociedade, em Recife-PE. (ii) Corresponde a mão de obra própria principalmente no escritório central da Sociedade, onde está localizado o centro de serviços compartilhados do grupo. O volume de gastos administrativos específicos das usinas não é relevante. O aumento dos gastos reflete as contratações para melhoria dos controles e do ambiente de governança corporativa. (iii) Em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$ 3.997 corresponde à parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei 9.991/2000, a qual objetiva incentivar a busca por inovações do setor elétrico nacional. Em 2013, visando melhor apresentação, esta conta foi reclassificada para o grupo de deduções da receita operacional em atendimento ao plano de contas ANEEL. **22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2013	2012
Provisão para contingência (Nota Explicativa nº 16) - reversão	633	5.317
Indenização de seguros	602	-
Outros	137	70
	<b>1.372</b>	<b>5.396</b>

**23 Resultado financeiro líquido**

**Receitas financeiras**

	2013	2012
Juros sobre aplicações financeiras	1.173	267
Juros contratos de mútuos	981	1.635
Descontos obtidos	951	3
Juros e rendimentos	<b>2.189</b>	<b>1.394</b>
	<b>5.294</b>	<b>3.299</b>

**Despesas financeiras**

	2013	2012
Juros sobre debêntures	(14.089)	(15.404)
Juros sobre empréstimos	(1.291)	(1.979)
Juros e IOF sobre mútuos	(14)	(139)
Juros e multas pagos a fornecedores	(331)	(284)
Outros	(1.308)	(196)
	<b>(17.033)</b>	<b>(18.002)</b>
	<b>(11.739)</b>	<b>(14.703)</b>

**Resultado financeiro líquido**

**24 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

	2013	2012
<b>IRPJ</b>	<b>89.245</b>	<b>89.245</b>
<b>CSLL</b>	<b>57.283</b>	<b>57.283</b>
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(6.782)	(6.782)
Base de cálculo	82.463	82.463
IRPJ e CSLL corrente	(20.032)	(6.143)
Outros ajustes fiscais	2.035	776
Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ	16.124	-
IRPJ e CSLL diferidos (Nota 14b)	(1.881)	(2.636)
<b>Resultado IRPJ e CSLL</b>	<b>(3.754)</b>	<b>(8.003)</b>
<b>Aliquota efetiva</b>	<b>4,20%</b>	<b>8,96%</b>

As alíquotas nominais são 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, porém a Sociedade a pode reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito, por estar situada na área incentivada pela SUDENE. A Sociedade obteve o Laudo Constitutivo junto à SUDENE em 19 de dezembro de 2012, o qual foi referendado pela Receita Federal do Brasil conforme Ato Declaratório Executivo nº 142 de 27 de agosto de 2013. Os outros ajustes fiscais apresentados na apuração correspondem adoção retroativa do período de 2009 a 2012 do novo critério fiscal (Nota Explicativa nº 14b). **25 Instrumentos financeiros.** A Sociedade revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais; • Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao valor justo. • Empréstimos para capital de giro - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. • Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. • Operação com derivativo para troca de taxa de juros (Swap) - No exercício de 2012 a Sociedade possuiu instrumento de proteção com o objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial de captação em moeda estrangeira utilizando swap de dólar para CDI, sem nenhum caráter especulativo. Os ganhos e perdas dessa operação foram compensados pelos ganhos e perdas do empréstimo em moeda estrangeira. No exercício de 2013 essa operação foi liquidada. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	Categoria	2013		2012	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao valor justo	646	646	1.337	1.337
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	20.944	20.944	289.855	289.855
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao valor justo	7.359	7.359	7.462	7.462
Fornecedores	Mensurados ao valor justo	16.633	16.633	245.980	245.980
Empréstimos bancário	Mensurado ao custo amortizado	3.860	3.860	401	401
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	137.112	137.112	150.347	150.347
Swap / Compror	Mensurado ao custo amortizado	-	-	19.42	19.42

A Administração da Sociedade não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicação de caráter especulativo. **26 Gerenciamento de riscos.** A Administração realiza o gerenciamento à exposi-

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição

patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação foram auditados por nós, que emitimos relatório em 29 de abril de 2013, com uma opinião sem modificação sobre esses valores correspondentes e com parágrafo de ênfase sobre o não alcance temporário do índice de cobertura a serviço da dívida (ISCD) e do limite de contratação de empréstimos, assuntos estes regularizados no exercício de 2013.

	Valor contábil	6 meses	06/12 meses	01/02 anos	03/05 anos	Mais que 5 anos
Debêntures	137.112	7.766	6.577	13.154	39.462	70.153
Empréstimos/Finame	3.860	463	554	1.108	1.735	-
	<b>140.972</b>	<b>8.229</b>	<b>7.131</b>	<b>14.262</b>	<b>41.197</b>	<b>70.153</b>

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. A Sociedade também possui R\$ 7.359 em 31 de dezembro de 2013 em conta reserva a serviço da dívida para eventuais problemas de liquidez que possam afetar esses pagamentos aos seus debenturistas, em conformidade com a Escritura de Emissão de Debêntures. **b. Risco taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade é:

	2013	2012
Debêntures (10% a.a. + TR)	137.112	150.347
Juros basicamente pós-fixados	-	-
Swap (100% CDI + 4,55% a.a.)	-	1.102
Finame BNDES (encargos BNDES 1,30% + comissão agente 1,7% a.a.)	3.860	18.540
Empréstimos a receber de mútuos (100% CDI + 4,5% a.a.)	4.671	17.280

Como as receitas de prestação de serviços são ajustadas anualmente pela variação do IPC-A, isto serve como uma proteção natural para a exposição das debêntures à variação da Taxa Referencial - TR. Nos últimos dez anos a variação do IPC-A ficou acima da apresentada pela TR. No caso dos instrumentos financeiros pós-fixados os impactos não são relevantes ao ponto de deteriorar a margem da Sociedade no caso de uma oscilação do CDI, como demonstrado na análise de sensibilidade abaixo (considerando manutenção constante da alavancagem financeira):

	Exposição	Taxa	Cenário base (*)	Alta 25%	Alta 50%
Empréstimos bancários a pagar	3.860	CDI	(398)	(497)	(596)
Empréstimos de mútuos a receber	4.671	CDI	481	601	722
Aumento no período contratual	-	-	-	104	126
(*) Variação projetada de 10,3% a.a.	-	-	-	-	-

**c. Risco de taxa de câmbio:** A Sociedade não possui operação envolvendo instrumento financeiro. **d. Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras é:

	2013	2012
Contas a receber de clientes	20.944	289.855

Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, embora as duas maiores distribuidoras de energia contribuam com 27% e 16% do faturamento total. A concentração é atenuada por uma forte estrutura de garantia de pagamento, envolvendo Contrato de Constituição de Garantias com caução de receitas dos sacados suficiente para cobrir 1,5 meses, administradas por um banco gestor de primeira linha, assim como penalidades regulatórias impostas às distribuidoras inadimplentes, que tornam as compras de energia obrigações seniores para as distribuidoras. **e. Risco de aceleração de dívidas:** A Sociedade possui instrumento particular de debêntures com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela Sociedade e, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, não limitando a capacidade de condução do curso normal das operações. **f. Risco especulativo:** A Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos, e qualquer tipo de operação com este tipo de instrumento precisa ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. **g. Risco de gerenciamento de capital:** A política da Sociedade prevê a aplicação de recursos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A Sociedade também procura diversificar a sua carteira financeira em mais de uma instituição financeira. Todas as movimentações bancárias são aprovadas por dois procuradores que sejam de áreas distintas, administrativa ou operacional. **h. Risco matéria prima:** É o risco da Sociedade não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, a frete CIF (responsabilidade do remetente), por preço pré-fixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo deste contrato é o mesmo dos contratos de comercialização das usinas, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Este contrato determina que as ordens de compra para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a Sociedade possui capacidade de tancagem suficiente para armazenar combustível por 5 dias de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios e da lista das usinas termelétricas que estão sendo despachadas dentro da ordem de despacho por mérito e também através de um contato permanente com a BR Distribuidora. **27 Cobertura de seguros.** A Sociedade possui como política a contratação de cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais